

**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DA GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS EM MONTES CLAROS/MG**

Data: 09/10/2007

Horário: 16h

Local: Gerência Executiva do INSS em Montes Claros

Rua Dom Pedro II, 152 – Centro – Montes Claros/MG

I – PRESENCAS

CONSELHEIROS

Representantes do Governo

Amarildo de Lemos Garcia – Gerente-Executivo/Presidente – Titular

Maria Antônia Menezes dos Santos – Representante Serviço de Benefícios – Suplente

Representantes dos aposentados e pensionistas

Representantes dos trabalhadores

Arimar Gomes dos Santos – FETAEMG – Titular

Osanan Gonçalves dos Santos – Sindicato dos Comerciantes – Titular

Manoel Aroldo dos Santos – Sindicato dos Trab. Ind. Alimentação – Suplente

Representantes dos empregadores

Roberto Xavier Ruas – Sindicato Rural – Titular

Jacqueline Aparecida Batista Andrade – Sindicato Contabilistas – Suplente

CONVIDADOS

II - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Maria Ferreira de Brito – Associação Aposentados e Pensionistas – Titular

Leonardo Netto Parentoni – Procuradoria Federal Especializada – Titular

Ézio Darioli – FIEMG – Titular

III – AUSÊNCIAS NÃO JUSTIFICADAS

IV - ABERTURA

Verificada a existência de quorum, o Presidente deste Conselho, Amarildo de Lemos Garcia, abriu a reunião cumprimentando e dando boas-vindas a todos conselheiros. Em seguida, deu início aos trabalhos.

V – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

A ata da 22ª reunião ordinária deste CPS, ocorrida em 14/08/2007 e enviada previamente aos conselheiros por correios e e-mail, foi lida pelo presidente e submetida à apreciação do plenário, sendo aprovada sem restrições.

VI – APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA

Aprovada a seguinte ordem:

- Ação dos Escritórios Advocatícios
- Proposta de instalação da Junta de Recursos (apresentação de dados e votação)
- FAP – Fator Acidentário de Prevenção

VII – ORDEM DO DIA

1. Ação dos Escritórios Advocáticos

O presidente justificou a ausência do conselheiro representante da Procuradoria Federal do INSS e sua suplente, motivo pelo qual solicitou adiar novamente a discussão da pauta proposta. Os conselheiros concordaram.

2. Instalação da Junta de Recursos

Foi entregue aos conselheiros uma planilha contendo informações sobre os processos de recursos enviados às Juntas de Recursos pelas Gerências Executivas de Minas Gerais. Ressalta que os números apresentados não são fidedignos, uma vez que aparenta ser bem menor que a realidade e há possibilidade de nem todas as gerências estarem fazendo uso do sistema que cadastra os recursos. Quanto a Montes Claros, os dados refletem a realidade. O presidente fala que no levantamento ficou surpreso por o número não ser tão grande. Explica que quanto às outras gerências não é um número real. O conselheiro Arimar explica que a proposta de instalação da Junta seria atender a região de Montes Claros, Diamantina e Teófilo Otoni. O grande problema é a representação dos conselheiros das 7ª e 8ª Juntas, que segundo ele estão sendo tendenciosos em manter a decisão do INSS. Os trabalhadores não estão se sentindo representados, uma vez que quem sempre preside as juntas são ex-funcionários do INSS. Os advogados estão pegando os casos de recursos e dando entrada na Justiça Federal. A proposta é tirar uma Junta de Recursos de Belo Horizonte ou abrir uma nova na região. O presidente comunica que saiu uma portaria do Ministro da Previdência designando comissões para dar andamento e reforço às Juntas de Recursos e Câmaras de Julgamento. Nota-se a preocupação do Ministério da Previdência Social quanto ao prazo dos recursos. Acredita que o maior volume dos processos é quanto à incapacidade laborativa. Nesses casos o problema não está na representação/conselheiros, mas sim de uma matéria técnica, já que a decisão é do médico perito. O conselheiro Arimar expõe que a Junta de Recurso perdeu a credibilidade, pois os trabalhadores têm preferido entrar na justiça. Entende que sua representação virou um cabide de emprego pois eles ganham bem por processo. A conselheira Maria Antônia informa que o servidor, quando analisa o processo na linha de frente, tem todo o cuidado no indeferimento e só o faz agindo dentro da lei. O conselheiro Osanam relata que o perito analisa com posse nos documentos apresentados e o trabalhador, muitas vezes, apresenta apenas um atestado médico que não comprova a sua incapacidade, ou seja, não fornece subsídios para a perícia do médico. A conselheira Jacqueline acrescenta que realmente existe uma sobrecarga de processos, o fato é constatado a partir do dos dados do relatório. De acordo com a relação Quantidade X Volume justifica-se o pedido de implantação de uma Junta de Recursos. O presidente então solicita que seja feita uma votação para decidir sobre o pedido de criação de uma Junta de Recursos na Região, acrescenta que o pleito pode ser feito, se vai ganhar ou não é um outro resultado.

Representantes do Governo		Representantes da Sociedade	
Nome	Voto	Nome	Voto
Amarildo de Lemos Garcia	SIM	Arimar Gomes dos Santos	SIM
Maria Antônia Menezes	SIM	Osanan Gonçalves dos Santos	SIM
		Roberto Xavier Ruas	SIM
		Jacqueline A. Batista Andrade	SIM

Foi aprovada por unanimidade de votos que seja enviada uma Moção ao Conselho Nacional de Previdência Social expondo a situação de Montes Claros e solicitado a criação de uma Junta de Recursos nesta cidade com abrangência das Gerências de Montes Claros, Diamantina e Teófilo Otoni.

3. Fator Acidentário de Prevenção – FAP

O presidente explica que o FAP volta-se para as empresas e vem para mudar a alíquota do SAT – Seguro Acidente do Trabalho aplicável na composição da contribuição previdenciária, visando reduzir o número de acidentes de trabalho. Hoje a CAT – Comunicação de Acidente do Trabalho é analisada pelo NTEP – Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário através do cruzamento de dados como CNAE, CBO e CID. Nesse caso o sistema conclui pelo nexo ou não do acidente com o trabalho, podendo o médico discordar. A conselheira Jacqueline expõe que os contadores são interlocutores junto aos empresários quanto à legislação e demais mudanças que ocorrem na Previdência Social e demais órgãos, e que gostaria de reunir a classe contábil para que seja repassada essas informações da Previdência, o que faz uma grande diferença, principalmente para o micro empresário. Havendo técnico do INSS o sindicato se responsabiliza pela logística do evento. O presidente responde que nesse caso deverá ser conjunto, pois há a implicação da Receita, já que o assunto envolverá não só o INSS, como também a Receita Federal, mas coloca-se a disposição. A conselheira Jacqueline acrescenta ainda que já existe uma parceria com a

SEFAZ – Secretaria Estadual de Fazenda e que realizam reuniões periodicamente para troca de informações e orientações. Os conselheiros Osanam e Aroldo manifestam também o interesse em participar desse evento junto com os sindicatos. O presidente informa que o FAP iria entrar em vigor a partir de Janeiro/2008, mas houve um prazo para as empresas contestarem o número de acidentes ocorridos. O ministro está adiando para Janeiro/2009, mas ainda sairá um decreto alterando e regulando esse novo prazo.

VIII – OUTROS ASSUNTOS

O presidente deste CPS comunicou com pesar o falecimento da conselheira MARIA FERREIRA DE BRITO. Neste caso, seu suplente assume como titular e deverá ser enviado um ofício para a entidade da conselheira solicitando a indicação de um novo representante para assumir a vaga como suplente no conselho, representando os aposentados e pensionistas. A conselheira Jacqueline questiona sobre as mudanças geradas pela integração da Receita Federal e Receita Previdenciária, inclusive como será esclarecido à população. O presidente explica que irá sair uma nota em jornal de circulação com os novos endereços e quais serviços serão realizados. O prédio do INSS só atenderá o que se referir ao contribuinte individual e aos benefícios prestados. Jacqueline questiona sobre a fiscalização do INSS e da Receita Federal, se esta será realizada conjuntamente. O presidente responde que no que se refere à fiscalização do INSS, esta não existe mais, uma vez que hoje ela encontra-se na Receita Federal do Brasil. A partir de segunda-feira, 15/10, o prédio da Receita Federal do Brasil já estará funcionando conjuntamente, que fica próximo ao Mercado Central de Montes Claros. O presidente comunica que a Prefeitura de Brasília de Minas irá doar um terreno ao INSS para que seja construída uma agência da Previdência Social e, questionado pelo conselheiro Osanam sobre a situação de Varzelândia, acredita que no ano que vem haverá a abertura de uma nova agência, ainda não sabe em qual município, mas a expectativa é de que seja nessa região. O conselheiro Arimar sugere que na próxima reunião, sendo a última deste ano, todos os conselheiros sejam convocados para uma avaliação das atividades do conselho.

IX – DEFINIÇÃO DA PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- 1. Ação de Escritórios Advocatícios**
- 2. Moção de Proposta de instalação da Junta de Recursos**
- 3. Avaliação das ações do Conselho de Previdência Social**

Próxima reunião a realizar-se no dia **11 de Dezembro de 2007** (terça-feira)

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o presidente do plenário e deste Conselho, Amarildo de Lemos Garcia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a vigésima terceira reunião ordinária do Conselho de Previdência Social da Gerência Executiva do INSS em Montes Claros, às 17h 15m. Para constar, eu, Juliana de Farias Teixeira, servidora, secretária deste Conselho, lavrei a presente ata.

Montes Claros, 09 de Outubro de 2007.

AMARILDO DE LEMOS GARCIA
Presidente do CPS